

Divisão da História - A periodização tenta conferir significância à passagem do tempo na história, identificando e ordenando sequências cronológicas (períodos). Como praticado pelos historiadores, tem uma história longa e variada; como objeto de estudo, não comanda nem um corpo formal de conhecimento nem uma instrução sistemática. Para o historiador, embora não para o arqueólogo ou antropólogo, a periodização não serve para qualquer função teórica aceita. Pois, diferentemente do conceito de período nas ciências da terra ou de periodicidade nas ciências físicas, o conceito de período histórico depende mais da estipulação do que da inferência das evidências comumente aceitas. Quanto aos filósofos modernos da história, tanto o nominalisticamente como o neo idealista têm negado que os períodos históricos sejam “reais”: o primeiro porque não se pode dizer que um período existe no sentido em que um evento histórico ou pessoa existe; estes últimos porque veem toda a ordenação de materiais históricos como uma função da mente do historiador individual (Collingwood 1927; Croce [1917] 1960, capítulo 7).

A periodização se presta a tipologia ampla. No relato a seguir de alguns dos principais esquemas de periodização na história ocidental, dois tipos principais, entre outros, são distinguidos. Eles podem ser convenientemente rotulados como legais (períodos históricos são significativos como manifestação da operação de uma força cósmica, divina, biológica ou social) e pedagógicos (períodos históricos são significativos como dispositivos didáticos ou heurísticos, sendo o conceito de forças subjacentes minimizado ou ignorado).

História antiga

Na antiguidade clássica, o antigo mito de quatro eras metálicas (ouro, prata, bronze e ferro) foi reinterpretado para os gregos por Hesíodo (século VIII a.C.) e popularizado para os romanos na poesia de Ovídio e Vergílio. O próprio ciclo (periodos, Gr .; periodus, L.) figurou mais na filosofia e cosmologia do que na história. Mas pelo menos um historiador, através do qual as noções cíclicas passaram a ser transmitidas a Maquiavel e outros escritores classicamente influenciados, utilizou a ideia do ciclo: Políbio (c. 203-c. 120 aC). Outras influentes concepções clássicas tentaram conectar as idades míticas a cronologias calculáveis. O romano Varro (116-27 a.C.) criou um esquema tripartido: os obscuros, os fabulosos e os períodos históricos - o último nome iniciado com a primeira Olimpíada (776 a.C.).

As duas principais periodizações cristãs, designando eventos terrestres como etapas sucessivas de um ritmo divinamente ordenado, foram as seguintes: (1) A interpretação dos sonhos de Daniel de quatro reinos (Daniel 2.31ss, 7.17ss), cujo conteúdo se assemelhava ao mito hesiódico, como quatro impérios ou monarquias sucessivas. A ideia de quatro monarquias - babilônica, medo-persa, macedônica e romana - dominou a historiografia até pelo menos o século XVI.

O Império Romano, tendo sido designado como duradouro até o fim do mundo, foi necessariamente visto como continuado pelos imperadores bizantinos e francos. Daí a ênfase nos períodos de namoro dentro do quarto e último império por dinastias e governantes individuais, uma cadeia de encontros que ainda é rotina de periodização em sala de aula para grande parte da história européia. (2) A adição de três períodos de Santo Agostinho aos três períodos de 14 gerações, de Abraão a Cristo, que estão estabelecidos na Bíblia (Mateus 1.17). Agostinho chegou a seis eras ao todo,

correspondendo aos seis dias da criação - cinco eras desde Adão até Cristo e o sexto desde Cristo até o fim dos tempos. O sétimo a chegar foi o dia de sábado ou milênio. Esse esquema não apenas influenciou os cronógrafos e cronistas cristãos e, como cada era passou a ser considerada em 1.000 anos, possibilitou o cálculo do fim do mundo; também produziu as convenções modernas de namoro.

História moderna

O renascimento e o desenvolvimento do aprendizado secular dos séculos XV a XVIII, em particular o surgimento da história como uma disciplina quase independente da filosofia moral e da retórica, produziu novos conceitos de periodização. Primeiro, a erudição contemporânea em direito, linguagem e letras criou uma consciência das descontinuidades do eterno Império Romano; O latim pós-clássico, por exemplo, era obviamente diferente do latim clássico. Um segundo período, um aevum médio, originalmente uma noção teológica, foi postulado.

No século XVIII, a nova erudição havia preparado o terreno para periodizações tão legais quanto as de seus antecessores cristãos e clássicos, mas explicitamente seculares e socialmente orientadas. Sob a influência da descoberta científica e geográfica, da discussão sobre a superioridade dos modernos sobre os antigos e da difusão de idéias antiabsolutistas na política e na filosofia, surgiram várias doutrinas voltadas para o futuro. Estes são convenientemente resumidos como a ideia de progresso. A história - passado, presente e futuro - deveria ser um espelho do funcionamento dos estágios sucessivos dessa ideia. Por outro lado, os grandes acréscimos Os materiais históricos que estavam à mão eram considerados inteligíveis apenas como manifestações do desenvolvimento periódico e progressivo de uma ou mais das doutrinas novas e iluminadas.

Os pensadores progressistas franceses elaboraram seus esquemas de periodização estendendo o vocabulário intelectual do progresso à ideia de perfectibilidade, mostrando um desdém voltairiano pela Idade Média não iluminada e, às vezes, prevendo uma utopia socioeconômica como o período final. Ao longo destas linhas, Turgot, 1727-1781, e Saint-Simon, 1760-1825, produziram periodizações de três etapas com considerável influência subsequente.

Tentativas recentes

No século XX, vários esquemas, a maioria deles modificações dos anteriores, existem lado a lado. O marxismo clássico, alegando ter substituído a periodização científica e legal do ritmo de Hegel do espírito, divide a história em cinco períodos: comunismo primitivo, escravidão clássica, feudalismo ocidental e asiático, capitalismo e socialismo (comunismo). Estes correspondem a estágios identificáveis no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações sociais que eles criam. Os estudiosos marxistas contemporâneos permitem mais variedade dentro dessa estrutura e sustentam que ela é paralela e explica a tradicional periodização moderna-moderna-moderna. Vários níveis de generalidade da periodização são admitidos, incluindo a chamada periodização privada dentro das grandes épocas aceitas (Zhukov, 1960). Essa reaproximação entre periodização pedagógica e periodização legal não obscurece os pontos de partida fundamentalmente diferentes de cada um em relação ao determinismo, inevitabilidade, previsão e outras conseqüências de uma crença em leis históricas.

As outras duas periodizações legislativas abrangentes do nosso tempo são as obras de Oswald Spengler (1918-1922) e Arnold Toynbee (1934-1961). Tematicamente, eles remontam aos ciclos de nascimento-morte comuns à cosmologia ocidental e oriental antiga e reviveram intermitentemente desde então. Há um número finito de unidades históricas: 8 culturas em Spengler, 21 civilizações em Toynbee. Cada um sofre - inevitavelmente em Spengler, com qualificações e alternativas em Toynbee - quatro períodos de desenvolvimento: nascimento, crescimento, envelhecimento e morte. Essa periodicidade é morfológica ou fisionômica, descritiva de estados de um ciclo e não expressa o desenvolvimento de algum conceito substantivo como avanço econômico ou intelectual.

A periodização numérica, mencionada acima, também sobreviveu, na forma, mas não na reputação, e o tempo de vida dos patriarcas não é mais seu assunto. No século XIX e na primeira metade do século XX, surgiram versões mais recentes da contagem de vidas biológicas para as quais um valor numérico era atribuído. A mais conhecida era a austríaca O. Lorenz 'lei de três gerações' (1886). Três gerações compõem 100 anos; daí os séculos são as unidades espirituais da história; eventos de larga escala tendem a ocorrer a cada 3 x 3 ou a cada 6x 3 gerações, ou seja, em intervalos de 300 e de 600 anos.

Periodização pedagógica contemporânea

Como já foi indicado, a periodização pedagógica é o único esquema geralmente aceito pelos historiadores modernos, por mais superficial e vazio que seja o compromisso com os ultimatoss que possa parecer aos críticos marxistas e teológicos. Os livros didáticos e os cursos universitários tratam as divisões cronológicas como divisões nacionais: principalmente como gerenciáveis e secundariamente como fatias significativas de um assunto que não pode ser digerido como um todo. Obviamente, há reservas em aceitar o esquema antigo-medieval-moderno e suas muitas subdivisões - quase tantas reservas quanto os historiadores individuais. A maioria deles se divide em duas grandes categorias: (1) A aceitação de periodização conveniente tende a implicar a aceitação de termos estabelecidos denotando períodos (como arcaico, Idade Média, Iluminação, Reconstrução), mas não necessariamente de datas terminais. Especialmente onde termos - como termos denotando período - não são de origem contemporânea (como o elisabetano, cunhado dois séculos depois) ou denotam hábitos de pensamento relativamente diversos (como o Renascimento), historiadores que usam os mesmos termos provavelmente atribuem diferentes datas de término a eles. Às vezes, os termos em si são questionados - mas geralmente para melhorar a terminologia, não a periodização (Idade Média Inferior para a Idade das Trevas, por exemplo). (2) Estudos especializados tendem a substituir uma estrutura temporal própria, derivada das mudanças nas características do sujeito estudado. A história, digamos, da estrutura de preços não seria mais vantajosamente entendida em termos da divisão antigo-medieval-moderno ou de qualquer outra, projetada para tornar as diferenciações culturais em larga escala mais manejáveis. Daí o fato de que a periodização como uma busca acadêmica é menos evidente agora do que em épocas anteriores, quando a história foi estudada como uma história universal não especializada, abrangendo toda a humanidade conhecida e todas as eras conhecidas. Enquanto toda especialidade necessariamente inibe essa busca, desvalorizando o uso de períodos maiores, algum especialismo fortalece o uso de todos os outros. O que talvez seja mais significativo na periodização pedagógica hoje é o uso de unidades menores.

A concentração em períodos mais curtos de estudo ampliou o abismo entre a periodização pedagógica e a legal. Este não é o caso porque o primeiro trata em décadas e o último em milênios - uma generalização de modo algum verdadeira. É antes que as unidades menores empregadas hoje em dia fazem com que o pré-requisito dos esquemas legais - ou seja, a afirmação de uma única lei ou princípio espiritual, econômico, biológico, numérico ou psicológico - seja cada vez mais improvável. Designações de períodos reconhecidos são tiradas tipicamente da história eclesiástica (Reforma), história política (período colonial), história dinástica (vitoriana), cronologia (século XVIII), ciência (darwinismo) e erudição (humanismo). Essa variedade fortaleceu o reconhecimento do caráter puramente convencional da periodização. Mas parece não haver uma implicação amplamente reconhecida ou epistemologicamente garantida de que a prática atual é objetivo de periodização subjetiva e legal. A variedade expressa em convenções apropriadas sugere maior congruência entre o estudo e o assunto estudado. Periodização como convenção, em vez de prova ontológica, sugere maior congruência com o método científico. É certo que há mais frouxidão, mais disputa, mais desacordo sobre datas e outros fatores que afetam a delimitação precisa das unidades em que a história é desmembrada. Mas se diferentes historiadores com diferentes pontos de vista chegam a diferentes configurações de períodos, a presunção é que eles são observadores precisos, em vez de crenças precisas. Pelo menos a presunção é maior do que se eles olhassem para a complexidade que é história e se transformassem em resultados idênticos.